

25 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Associações criticam Mendes em meio à polêmica com Janot

Magistrados afirmaram nesta quarta que o ministro do STF 'milita contra a Lava Jato'

DE BRASÍLIA

Envolvido em polêmica com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes foi criticado nesta quarta-feira (24) por associações ligadas ao Judiciário.

Nesta terça (23), Mendes chamou de "cretino" o autor da proposta com medidas defendidas pelo Ministério Público e pelo juiz federal Sergio Moro, entre elas a possibilidade de que provas ilícitas obtidas de boa fé sejam utilizadas em ações.

A AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) divulgou nota afirmando ser "lamentável que um ministro do STF, em período de grave crise no país, milite contra as investigações da Operação Lava Jato, com a intenção de decretar o seu fim".

A mensagem é assinada pelo presidente da entidade, João Ricardo Costa. "Não serão aceitas manifestações desleigadas e afrontosas, ainda mais feitas por integrantes do Judiciário que não iniciaram carreira na primeira instância, em comarcas de difícil acesso e sujeitas a toda série de limitações", diz a nota.

Sem citá-lo, a AMB critica Mendes ao declarar que é a favor de "outro conceito de magistratura, que não antecipa julgamento de processo, que não adota orientação partidária, que não exerce atividades empresariais, que respeita as instituições e, principalmente, que recebe so-

mente remuneração oriunda do Estado"

Questionado sobre a nota da associação, o ministro preferiu não se manifestar.

Mendes havia criticado a decisão do procurador-geral da República de suspender as negociações de um acordo de delação premiada com executivos da empreiteira OAS após vazamento de detalhes confidenciais.

Na opinião do ministro, investigadores foram os responsáveis pelo vazamento de informações publicadas pela revista "Veja". Janot chamou as acusações de "especulação".

"A Lava Jato está incomodando tanto? A quem e por quê?", indagou Janot em sessão no CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) na terça-feira.

Associações de procuradores criticaram a acusação. Em nota, declararam apoio ao Ministério Público e afirmaram que são "lançadas à Lava Jato e ao procurador diretivas vagas e acusações vazias".

Questionado sobre o comportamento do Ministério Público, o ministro do STF Marco Aurélio Mello considerou eventuais excessos mais vantajosos do que a acomodação.

"Há o sistema nacional de freios e contrapesos. O Ministério Público vem atuando, e reafirmo o que venho dizendo: mil vezes o excesso do que a acomodação. E temos o Judiciário para corrigir possíveis erros de procedimentos", disse. (GABRIEL MASCARENHAS, RUBENS VALENTE)

25 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO



FOLHA DE S. PAULO

Brasil à espera da redenção

JOSÉ HORÁCIO HALFELD REZENDE RIBEIRO

Aprovado e concluído o processo de impeachment, todos os caminhos terão o mesmo destino: cumprir e fazer cumprir as leis do país

25 AGO 2016

O processo de impeachment tornou-se uma guerra com duras acusações de crimes e golpes, o que revela as mazelas dos Poderes da República. Perdeu-se o verdadeiro sentido de espírito público, e diversos atores querem apenas vencer ou se aproveitar das oportunidades que surgem com a crise.

Assim foi, e assim será. Uma desanimadora realidade que nos leva a concluir que onde está o poder está a corrupção, onde está o Estado está a ineficiência.

“Ubi homo ibi societas. Ubi societas, ibi jus.” Onde está o homem está a sociedade. Onde está a sociedade está o direito. Esse princípio, enunciado pelo jurista romano Ulpiano (150-223), é um dos primeiros a ser ensinado nas faculdades.

O direito nunca foi instrumento da injustiça. Ao contrário. Todavia, tal como uma maldição, a corrupção nos acompanha há muito tempo.

O primeiro ouvidor-mor do Brasil, o desembargador Pero Borges, ex-corregedor de Justiça no Algarve, não tinha ficha limpa. Quando exerceu o cargo de corregedor de Justiça em Elvas, no Alentejo, Borges era o encarregado de supervisionar a construção de um aqueduto.

O dinheiro acabou antes que a obra ficasse pronta, e uma investigação apontou que Borges “recebia indevidamente quantias de dinheiro que lhe eram levadas a casa, provenientes das obras do aqueduto”.

Foi condenado a devolver o dinheiro extraviado e ficou suspenso por três anos do exercício de cargos públicos. No entanto, um ano e sete meses após a sentença, foi nomeado ouvidor-geral do Brasil.

Novas perspectivas tivemos quando o presidente interino, Michel Temer, afirmou em seu primeiro pronunciamento após assumir o cargo:

“A moral pública será permanentemente buscada”.

Repetiu o que se espera de um homem das letras jurídicas. Convém lembrar a advertência de Ulysses Guimarães quando da promulgação da Constituição Federal de 1988: “A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos cidadãos. Do presidente da República ao prefeito, do senador ao vereador. A moral é o cerne da pátria. A corrupção é o cupim da República. Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública”.

Desde a Constituição de 1988, período que se seguiu ao fim da ditadura militar, um advogado não ocupava a Presidência da República. Esse fato é repleto de simbolismo, num momento em que o Brasil necessita reencontrar seu caminho.

A perspectiva do governo Temer é de ordem para retomarmos o progresso. O Brasil tem um novo interlocutor, sempre atento ao texto constitucional, que nos transmite segurança por saber que é fundamental o pacto com a sociedade e a classe política.

As palavras do presidente interino são bem medidas, equilibradas e serenas. Palavras de quem sabe que somente com diálogo e trabalho é possível construir a solução para os entraves do país.

Os problemas são muitos e antigos na educação, saúde, previdência, carga tributária, agravados por uma administração pública ineficiente, cara e corrupta. O discurso do novo governo é claro nas premissas de respeito à moral pública e à eficiência da democracia.

A necessária e fundamental revisão do pacto federativo também não foi ignorada nas propostas do jurista Michel Temer.

De toda sorte, aprovado e concluído o processo de impeachment, todos os caminhos terão o mesmo destino: cumprir e fazer cumprir as leis do país é o que deseja uma nação à espera da redenção.

JOSÉ HORÁCIO HALFELD REZENDE RIBEIRO é presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo e presidente do Colégio de Presidentes dos Institutos dos Advogados do Brasil

25 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Procuradores pedem a grupos anti-Dilma apoio a medidas

Ministério Público quer ajuda em campanha
para aprovar projeto de lei



Deltan Dallagnol recebe entidades do setor produtivo na sede do Ministério Público no PR

Projeto inclui dez
medidas que a
Procuradoria entende
que seriam importantes
para combater corrupção

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 AGO 2016

PAULA REVERBEL
DE SÃO PAULO

Autor do projeto 10 Medidas Contra a Corrupção, que tramita no Congresso, o Ministério Público Federal tem recorrido às mesmas associações, federações e movimentos de rua que mobilizaram a sociedade civil pelo impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

Os braços estaduais do órgão têm ativamente procurado as entidades que eles consideram ser capazes de pressionar deputados a aprovar as 10 Medidas, incluindo lideranças estaduais dos grupos MBL (Movimento Brasil Livre) e Vem Pra Rua.

A **Folha** apurou que as procuradorias em cada Estado estão mapeando entidades de interesse em seus territórios e convidando-as para reuniões com membros do Ministério Público Federal dentro dos prédios do órgão. Não há relatos de grupos de esquerda entre os convidados.

Dos grupos com que o Ministério Público entrou em contato, pede-se o mesmo trabalho feito para afastar a presidente petista: ações na internet, protestos de rua e pressão sobre parlamentares.

As 10 Medidas, que conseguiram a assinatura de mais de 2,5 milhões de apoiadores, tramitam na Câmara como projeto de iniciativa popular.

Em Santa Catarina, a primeira reunião com movimentos de rua foi há mais de dois meses e participaram representantes do MBL, do Vem Pra Rua e de um terceiro grupo anti-Dilma. Eles foram procurados por Rafael Falcão Gonçalves da Silva, da Assessoria e Seção de Planejamento e Gestão Estratégica da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.

Nos contatos, Silva chegou a apontar os quatro deputados catarinenses que integram comissão de análise do projeto das 10 Medidas.

No Paraná, o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato e idealizador das 10 Medidas, recebeu no prédio da procuradoria em Curitiba representantes do G7, grupo que concentra entidades do setor produtivo do Estado, inclusive a Federação das Indústrias do Paraná.

Fotos do encontro, chamado de “primeira reunião da rede social de apoio das 10 Medidas Contra a Corrupção e a Impunidade, foram publicadas nas redes sociais”.

O G7 apoiou o impeachment de Dilma na reta final antes da votação na Câmara. As entidades no Paraná foram procuradas por intermédio do Mude, um movimento de apoio ao projeto.

No site das 10 Medidas, há uma relação de centenas de entidades que apoiam a iniciativa. A lista não inclui os movimentos sociais mais envolvidos na organização de protestos pró-Dilma, como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto).

A única exceção é o CPM (Central de Movimentos Populares), que tem a seção de Sergipe listada uma vez e a nacional, duas. A CPM afirma que a seção Sergipe não é reconhecida. Eles informaram que entrarão em contato com o Ministério Público para desautorizar a citação, já que as medidas não foram discutidas com eles.

MBL

Diferentemente do Vem Pra Rua, o MBL vê as 10 Medidas com ressalvas.

De acordo com Kim Katagui, o movimento é favorável ao endurecimento das penas contra corrupção, mas

contrário ao teste de integridade, em que ofertas de propina seriam simuladas para testar a honestidade do servidor. “Isso não é coisa de democracia”, disse. “É coisa de regime totalitário, que usa espões”, acrescentou.

Outro ponto rechaçado é a validade de provas ilícitas feitas de boa fé, critério considerado muito subjetivo pelo movimento, que também é contrário à limitação do habeas corpus para discutir nulidade de processo.

À **Folha** o Ministério Público Federal no Paraná informou que “procurou algumas entidades, independente de sua posição política ou partidária, para explicar o projeto e deixar clara a importância de sua aprovação”.

“O posicionamento dos apoiadores das 10 medidas em relação a outras questões, sejam econômicas ou políticas, não reflete, de forma alguma, o posicionamento do MPF, que é apartidário”, diz nota enviada.

A assessoria do Ministério Público Federal de Santa Catarina foi procurada, mas não se pronunciou.

CONTINUA

25 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

MEDIDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Pacote foi proposto pelo órgão em março de 2015

1 **Transparência**

» Melhorar a divulgação do número de processos e também os resultados dos julgamentos de corrupção
» Estabelecer a figura do informante confidencial

2 **Prevenção**

» Criação de testes gravados do oferecimento de propina a agentes públicos
» Fixa 10% a 20% dos recursos de publicidade para anúncios de combate à corrupção

3 **Aumento de penas**

» Amplia penas mínima e máxima de corrupção para, respectivamente, 4 e 25 anos
» Torna hediondo desvios que superem cem salários mínimos

4 **Recursos**

» Permite execução provisória de sentença após a 2ª instância
» É possível encerrar ações quando recursos sirvam só para atrasá-las

5 **Improbidade**

» Institui acordos de leniência para casos de improbidade administrativa e cria varas especializadas no tema

6 **Prescrição**

» Usar sempre o valor da pena máxima como critério de prescrição, que garante uma maior sobrevida aos processos criminais

7 **Nulidades**

» Tenta evitar que pequenos erros na fase de investigação derrubem operações inteiras

8 **Prisão para devolução de dinheiro**

» Prevê a prisão preventiva para permitir identificação e devolução de recursos desviados

9 **Enriquecimento**

» Tipifica o crime de enriquecimento ilícito de agentes públicos

10 **Caixa Dois**

» Tipifica o crime de caixa dois com responsabilização direta dos partidos

FOLHA DE S. PAULO

> ENQUANTO ISSO, EM 1992

25 AGO 2016

Com dificuldade para bancar advogados, Collor questionou processo no Supremo



Sanches (à esq.), então presidente do STF, recebe defesa de Collor

RODRIGO VIZEU

EDITOR-ASSISTENTE DE "PODER"

Assim como Dilma Rousseff, que recorreu ao Supremo Tribunal Federal contra pontos com que discordava de seu julgamento no Senado, o então presidente afastado, Fernando Collor, também buscou judicializar seu processo de impeachment.

Uma das apostas de Collor foi a tentativa de que 29 dos 81 senadores fossem declarados impedidos de julgá-lo. Os alvos eram aqueles que atuaram na CPI que investigou o esquema de PC Farias e os suplentes de senadores que viraram ministros do presidente interino, Itamar Franco — e que perderiam o cargo se Collor voltasse ao poder.

O pedido não prosperou nem com o presidente do STF, Sidney Sanches, responsável pelo julgamento no Senado, nem em posterior mandado de segurança no Supremo.

O presidente também se negou a depor na comissão especial do impeachment. "O risco seria transformar o interrogatório em um grande

espetáculo", disse seu advogado, José Guilherme Vilella. "As paixões políticas são muito difíceis de ser contidas num confronto desses."

Em defesa entregue aos senadores, Collor atacou o ex-tesoureiro de campanha PC Farias, dizendo-se "amargurado" e "revoltado" após tomar conhecimento das "atividades escusas" do empresário.

Com o salário reduzido à metade, o presidente penava para pagar seus advogados — de custo estimado em US\$ 500 mil —, chegando a pedir ajuda a seu partido, o PRN.

"Não vamos abandonar o presidente nesta hora", avisou o presidente do PRN, Daniel Tourinho, que empreendeu uma "campanha" para arrecadar fundos para pagar os advogados.

Amigo de Collor, o empresário Luiz Estevão anunciou que ajudaria a bancar a defesa do presidente. Ele, que foi senador pelo PMDB, teve o mandato cassado em 2000 e hoje está preso.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

25 AGO 2016

LENTE DE AUMENTO

O governo de Michel Temer acompanha com lupa a crise entre o Ministério Público Federal e o STF (Supremo Tribunal Federal). E tem informações de que procuradores tentaram investigar, além do ministro Dias Toffoli, também assessores e familiares de outros dois magistrados da corte.

MESMA ESTRADA

O STF trabalha com a mesma informação.

PÊNDULO

O governo tem conhecimento ainda de que um racha contrapõe hoje procuradores ligados a Rodrigo Janot, em Brasília, ao grupo que toca a Operação Lava Jato em Curitiba. As divergências são antigas e já tiveram momentos até mais críticos.

SÓ O COMEÇO

A divisão poderia estar na origem do vazamento da informação de que Dias Toffoli aparecia nas tratativas de delação premiada da empreiteira OAS.

SOPA RALA

O grupo de Janot era contra a inclusão do nome de Toffoli no acordo, já que as informações preliminares dadas pela OAS não configuravam nenhum crime.

CALDO

A suspeita é de que, incomodados com a exclusão do nome de Toffoli da delação e sem ter como investigá-lo, já que o ministro tem foro privilegiado, procuradores do Paraná espalharam a informação do relacionamento dele com a OAS, que chegou ao conhecimento de jornalistas. Essa seria uma das origens do vazamento. Mas não obrigatoriamente a única. Janot trabalha com a possibilidade de que a empreiteira tenha divulgado dados.

CALDO 2

Gilmar Mendes, do STF, citou o fato de que procuradores do Paraná chegaram a escrever artigo "achincalhando" Toffoli como sinal de que poderiam ter vazado dados contra o magistrado. Questionados, os procuradores não se manifestaram até a conclusão da coluna.

FOLHA DE S. PAULO

JANIO DE FREITAS

Usos de abusos

Excessos de autoritarismo
da Lava Jato, uma vez
consentidos, cresceriam
em número e em gravidade

25 AGO 2016

UMA HIPÓTESE, um tanto óbvia, veio já no ataque inicial do ministro Gilmar Mendes ao “vazamento”, maldoso e injusto, de referência na Lava Jato ao ministro Dias Toffoli, do Supremo. “É necessário investigar os investigadores” da Lava Jato —repetiu Mendes essa frase sua do ano passado, agora completando a observação de que procuradores da Lava Jato estão em choque com Toffoli, por eles atacado até em artigo. Entre hipóteses possíveis, porém, viceja em círculo judicial aparentemente estreito uma menos fácil e mais excitante que a de Mendes.

A delação afinal aceita por Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, poderia ser a mais promissora, mas já as discussões iniciais mostraram-se tão problemáticas quanto as de Marcelo Odebrecht. Muito afável, prestativo e de acesso simples, Pinheiro teria com que inundar a Lava Jato de informações e esclarecimentos. E, esperavam os procuradores, obsessão acima de todas, o que buscam em vão sobre a propriedade do sítio e do apartamento atribuída a Lula. Léo Pinheiro foi decepcionante para a Lava Jato nas preliminares sobre a futura delação: não admitiu que o sítio e o apartamento sejam de Lula.

Era muito fácil a previsão de que implicar um ministro do Supremo, em mais um “vazamento”, daria oportunidade a sustar o acordo de delação premiada com Léo Pinheiro. Além de não dizer o que desejavam, o possível delator e seu manancial de informações por certo desvendariam pessoas e grupos não incluíveis na mira acusatória da Lava Jato. Criar o caso e, suspenso o acordo de delação, deixar Léo Pinheiro calado: está feito.

A hipótese de Gilmar e a outra não se excluem, talvez se completem. Em ambas, aliás, confirma-se que Léo Pinheiro paga pelo que não disse e não fez. Com toda a certeza, não é o autor do “vazamento”, inexistindo qualquer motivo para a punição que o procurador-geral Rodrigo Janot lhe aplicou, e só a ele, cassando-lhe o direito de buscar o mesmo benefício dado a tantos delatores.

Se o “vazamento” é algo tão grave, definido como crime por Gilmar Mendes e motivador do ato extremado de Janot, à pergunta “a quem interessa?” emenda-se outra: por que tanto consentimento, por tanto tempo, para atos agora qualificados de “excessivos”, “inaceitáveis” e “abusos de autoridade”?

O Conselho Nacional do Ministério Público manteve-se impassível diante da torrente de “vazamentos” que os tornou costume característico da Lava Jato. O Conselho Nacional de Justiça teve a mesma indiferença, em relação ao chefe da Lava Jato, juiz Sérgio Moro. O procurador-geral chegou a emitir uma nota com advertências sobre os excessos, mas recuou na aplicação dos seus conceitos à prática. Esses comportamentos constituíram uma carta branca para a Lava Jato e sua prepotência.

Até um leigo, como sou, anteviu que os excessos de autoritarismo da Lava Jato, uma vez consentidos, cresceriam em número e em grau de gravidade. E viriam a ser um problema institucional. São.

Léo Pinheiro de nada acusou Dias Toffoli, nem insinuou. Mas, se a substância não fere o Supremo, o “vazamento” o atinge pela intenção inequívoca de sua forma maldosa,

desonesta mesmo. Dizem que vão investigar a procedência do “vazamento” ou “vazamentos”. Quem a conhece são jornalistas. A Polícia Federal já pretendeu exigir de jornalistas a indicação de suas fontes. À Lava Jato só falta algo nessa linha, para um aparente atestado de bom comportamento contra a acusação de “abuso de autoridade”. Iniciada por indignado Gilmar Mendes, aquele que reteve por ano e meio uma decisão importante do Supremo, enquanto expunha em público o teor do voto engavetado. Um abuso de autoridade escancarado.

FOLHA DE S. PAULO

25 AGO 2016

PAINEL DO LEITOR

Operação Lava Jato

Quem diria, justamente no seio da intelectualidade nacional, encontramos uma opinião retrógrada. O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes não me parece convencido de que o país precisa combater novos métodos de corrupção com ações jurídicas igualmente inovadoras ("Condução da Lava Jato leva a embate entre Mendes e Janot", "Poder", 24/8).

RICARDO C. SIQUEIRA (Niterói, RJ)

Bravo, Gilmar! Enfim acordou para as perseguições da Lava Jato. Lembra-lhe que Sergio Moro usou prova ilícita contra Lula quando vazou grampo de conversa entre Lula e Dilma e, mesmo assim, o nobre ministro do STF deu liminar suspendendo a posse de Lula. Está na hora de um mea-culpa, ministro. Se continuarmos atirando areia uns nos olhos dos outros, ficaremos todos cegos. Se a Justiça não for imparcial, não será Justiça!

WILSON RONALDO DE OLIVEIRA (Curitiba, PR)

Se até os deuses do Olimpo se digladiavam, por que não podem mortais das mais altas cúpulas do Poder Judiciário também partir para o embate? A diferença está no fato de os embates olímpicos estarem nos poemas de Homero e os embates do Judiciário serem terrenos e relacionarem-se a fatos bem menos poéticos da política brasileira.

FRANCISCO MANOEL DE SOUZA BRAGA
(Rio Claro, SP)

Juristas e o ministro do STF Gilmar Mendes repudiam uma das propostas de combate à corrupção defendidas pela força-tarefa da Lava Jato. Parece que a proposta é extremamente razoável e equilibrada, qual seja que provas obtidas de forma ilícita por investigadores sejam consideradas válidas para instruir processos contra criminosos. Isso faz sentido porque, nesse caso, o agente investigador estaria usando a mesma arma usada pelo criminoso (Mônica Bergamo, "Ilustrada", 24/8).

CARLOS ALBERTO MELO FRANCO DOS SANTOS
(Pará de Minas, MG)

O ministro Gilmar Mendes há muito exercita seu linguajar para atacar a Lava Jato e o Ministério Público Federal. Não percebo bem o seu intento, mas estou certo de que republicano não é. Quando o vejo a borboletear entre seus pares, sinto saudade do ex-presidente do STF Joaquim Barbosa.

JORGE SIMAO CURUCA (Rio de Janeiro, RJ)

tiratelo

É uma palhaçada dizer que o ministro Gilmar Mendes é contra a Lava Jato. Ele apenas é contra abusos.

DE LUÍS INÁCIO ADAMS, ex-advogado geral da União no governo Dilma, sobre reações à fala do ministro do STF, que criticou a postura do Ministério Público.

FOLHA DE S. PAULO

Taxa de corretagem em compra de imóvel é válida, afirma STJ

Tribunal determina que consumidor seja informado previamente

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) reconheceu nesta quarta-feira (24) a validade de cláusula contratual de comissão de corretagem na venda de imóveis e apenas condicionou que a previsão desse encargo seja informada previamente ao consumidor.

Porém, em relação à taxa Sati (Serviço de Assessoria Técnico-Imobiliária), o colegiado entendeu que a cobrança é abusiva, conforme informações divulgadas pelo STJ.

A taxa Sati é o valor cobrado pelas construtoras com base em 0,8% sobre o preço do imóvel novo adquirido pelo consumidor, sendo destinada aos advogados da construtora por elaboração dos contratos e serviços correlatos.

Segundo o tribunal, enquanto as incorporadoras sustentavam que os encargos representam contraprestação por serviços oferecidos aos compradores, as entidades de defesa dos consumidores defendiam que a cobrança é abusiva, uma vez que corretores e advogados trabalham em prol de interesses das incorporadoras.

NOVOS RECURSOS

Novos recursos ao STJ não serão admitidos quando sustentarem posição contrária ao entendimento definido nesta quarta-feira.

Para analistas do banco Itaú BBA (em nota enviada a clientes logo após a decisão), a posição tomada pelo Superior Tribunal de Justiça foi favorável para as incorporadoras, uma vez que somente a taxa Sati foi considerada abusiva e não poderá ser mais cobrada daqui para frente.

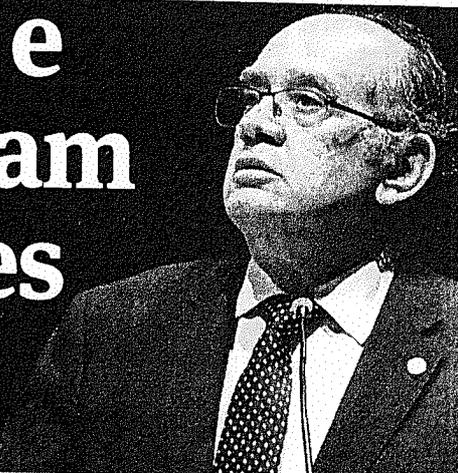
25 AGO 2016

25 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Procuradores e juízes contestam Gilmar Mendes

Procuradores e juízes rebatem ministro do STF



Ministro do STF Gilmar Mendes chamou de "cretino" autor de proposta para combater a corrupção.

Associações defendem trabalho da Lava Jato e lamentam que ministro do STF "milite contra as investigações"

BRASÍLIA
Folhapress

● Envolvido em polêmica com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes foi criticado ontem por associações ligadas ao Judiciário e procuradores.

Na terça-feira (23), Mendes chamou de "cretino" o autor da proposta com medidas defendidas pelo Ministério Público e pelo juiz federal Sergio Moro, entre elas a possibilidade de que provas ilícitas obtidas de boa fé sejam utilizadas em ações.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) divulgou nota afirmando ser "lamentável que um ministro do STF, em período de grave crise no país, milite contra as investigações da Operação Lava Jato, com a intenção de decretar o seu fim".

A mensagem é assinada

pelo presidente da entidade, João Ricardo Costa. "Não serão aceitas manifestações desleigadas e afrontosas, ainda mais feitas por integrantes do Judiciário que não iniciaram carreira na primeira instância, em comarcas de difícil acesso e sujeitas a toda série de limitações", diz a nota.

Questionado sobre a nota da associação, o ministro preferiu não se manifestar.

Mendes havia criticado a decisão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de suspender as negociações de um acordo de delação premiada com ex-executivos da empreiteira OAS após vazamento de detalhes confidenciais.

Na opinião do ministro, investigadores foram os responsáveis pelo vazamento de informações publicadas pela revista "Veja". Janot chamou as acusações de "especulação".

"A Lava Jato está incomodando tanto? A quem e por quê?", indagou Janot.

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação Nacio-

nal do Ministério Público Militar (ANMPM) e a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) afirmaram apoiar os "excepcionais esforços e trabalho" da Procuradoria-Geral da República e da Lava Jato no combate à corrupção.

Com mais de 18 mil membros, as associações signatárias da nota defendem os trabalhos dos integrantes da força-tarefa da Lava Jato que, segundo a nota, vem levando com sucesso ao Poder Judiciário o maior esquema de corrupção já descoberto no Brasil.

"A atuação do Ministério Público na Lava Jato tem sido técnica, completa, e, acima de tudo, republicana, avançando sempre em busca da elucidação dos fatos, sem escolher e sem evitar o envolvimento de quem quer que seja", diz a nota das associações.

CONTINUA

25 AGO 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Relator de projeto anticorrupção diz que ministro do STF deve “pôr a mão na consciência”

● O relator da comissão especial que analisa as dez medidas contra a corrupção do Ministério Público Federal, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), rebateu as críticas do ministro Gilmar Mendes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), à proposta. Lorenzoni disse que Mendes deveria colocar a “mão na consciência e fazer uma reflexão muito séria” sobre o assunto.

“Ele [Gilmar] defende o sistema jurídico atual, mas como é que um sistema tão eficiente transformou esse país nesse horror de corrupção?”, questionou.

O relator voltou a defender o projeto. “Este Parlamento tem inúmeros defeitos, mas tudo que foi produzido aqui a partir de iniciativa popular melhorou o sistema”, disse ele, citando a Lei da Ficha Limpa.

25 AGO 2016

O desafio depois do impeachment

GAZETA DO POVO

O julgamento do impeachment da presidente Dilma Rousseff começa hoje com a expectativa de que o seu desfecho coloque fim à crise política. Acusada de crime de responsabilidade, por flagrante violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, a petista já não reúne há muito tempo condições de governar. Não só pela prática do crime em si, mas também por ter conduzido de forma desastrosa as finanças públicas, descumprido promessas de campanha e por ter sido incapaz de implantar o programa para o qual foi eleita.

Até o momento 51 senadores declararam-se favoráveis ao impeachment (número muito próximo do quórum mínimo necessário de 54 votos para o afastamento definitivo da presidente), 19 contra, e outros 11 não se manifestaram. O governo interino, assim como a grande maioria da sociedade brasileira, já dá como favas contadas o impeachment de Dilma, uma chefe de Estado cuja agenda de campanha já não serve mais a um país em profunda crise econômica.

Uma vez que o Senado aprove o afastamento da petista, em sessão marcada para a próxima quarta-feira (31), será a hora de o governo federal, o Congresso Nacional e a sociedade definitivamente olharem para o futuro. Afinal, há desafios enormes a serem enfrentados — o saneamento das contas públicas mediante aprovação do ajuste fiscal e um programa de governo consistente e com objetivos claros para ser cumprido nos próximos dois anos.

O problema é que até o momento a sociedade não conhece de forma segura, e clara, a agenda de prioridades de Michel Temer. Algumas medidas fundamentais já vêm sendo apresentadas, como a proposta de criação de um teto para os

gastos públicos, e anunciadas, como a reforma da Previdência, o que sinaliza claramente a preocupação com o equilíbrio das contas públicas no longo prazo. Estímulos para investimento em infraestrutura e um plano de privatizações são propostas que também têm sido discutidas, embora precisem de um detalhamento maior.

Para fazer isso, o peemedebista tem ao seu lado um quadro de notáveis em sua equipe econômica, que possui grande credibilidade perante o mercado. Essa confiança foi a responsável por acalmar o setor produtivo e dar a esperança de que dias melhores virão. Contudo a lua de mel de Temer com o mercado pode acabar se, assim que for encerrado o julgamento do impeachment, não houver êxito no encaminhamento dessas medidas dentro do Congresso Nacional.

Certamente o presidente irá enfrentar toda a sorte de dificuldades políticas para a aprovação de suas propostas. São temas complexos, que envolvem interesses de diferentes setores da sociedade e que podem, se houver descuidos na articulação política, novamente travar o país, o que impedirá a tão esperada retomada econômica.

Para transpor tais obstáculos, Temer deverá tentar criar verdadeiras alianças em busca do interesse público, ao contrário do que fizeram seus antecessores petistas, que conquistavam os votos dos parlamentares por meio da política fisiológica do toma-lá-dá-cá. Para isso, o presidente terá de ter a coragem e a habilidade de saber negociar com aqueles que ali estão apenas em prol de interesses pessoais e mostrar a todos, políticos e sociedade, que somente a aprovação das medidas que propõe poderá levar ao saneamento das contas do governo no longo prazo e à retomada do investimento em infraestrutura no país.

Certamente o presidente irá enfrentar toda a sorte de dificuldades políticas para a aprovação de suas propostas

25 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Traída por antigos aliados, Dilma chega isolada ao desfecho do impeachment

Sob comando do presidente do STF, Senado inicia hoje julgamento final que pode custar mandato presidencial de Dilma. Ela perdeu apoio até do PT

Euclides Lucas Garcia

● Completamente isolada. Traída por aliados e abandonada pelo próprio partido, a presidente afastada Dilma Rousseff (PT) enfrenta a etapa final do processo de impeachment no Senado, a partir de hoje, com chances remotíssimas de reassumir o cargo. De um lado, a petista vê ex-ministros do seu próprio governo se somarem à maioria favorável à sua saída.

De outro, parece ter perdido o respaldo do próprio partido, que chegou a rejeitar internamente a proposta defendida por ela de convocar um plebiscito sobre antecipação das eleições no país.

O início da sessão que pode selar a saída definitiva de Dilma da Presidência da República está marcado para as 9 horas. Na conclusão dos trabalhos, que devem se arrastar até a semana que vem, serão necessários 54 votos entre os 81 senadores para que ela

perca o mandato (veja infográfico). E o prognóstico é bastante desfavorável à petista.

Em maio, 55 parlamentares aprovaram a abertura do processo contra Dilma, forçando o afastamento temporário dela do cargo. Já há duas semanas, foram 59 os votos a favor do relatório da Comissão Especial do Impeachment que recomendou que a presidente afastada seja levada a julgamento pela Casa.

Nessa última votação, seis senadores que chefiaram ministérios no governo Dilma votaram contra a petista: Eduardo Braga (PMDB-AM) e Edison Lobão (PMDB-MA), ambos de Minas e Energia; Garibaldi Alves (PMDB-RN), da Previdência; Marta Suplicy (PMDB-SP), da Cultura; Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), da Integração Nacional; e Eduardo Lopes (PRB-RJ), da Pesca.

O mesmo posicionamento foi seguido por três ex-ministros do governo Lula: Eunício Oliveira (PMDB-CE), das Comunicações; Romero Jucá (PMDB-RR) da Previdência; e Cristovam Buarque (PPS-DF), da Educação.

As traições

Uma das traições mais emblemáticas foi de Lobão. Ministro no final do governo Lula e durante todo o primeiro

mandato de Dilma, o maranhense chegou a se reunir com o ex-presidente petista um dia antes da votação que abriu o processo de impeachment. No dia seguinte, justificou-se dizendo ter votado apenas pela admissibilidade do caso. Incomodado, chegou a cogitar se afastar temporariamente do mandato após essa primeira votação. Mas seguiu no cargo e já adiantou que votará pela saída definitiva de Dilma.

Outra surpresa veio de Garibaldi Alves, que, em maio, saudou um "eventual" governo de Michel Temer (PMDB) e afirmou que houve crime de responsabilidade na gestão da petista. Por ser ex-ministro, o senador reconhece que votar pelo impeachment pode até trazer constrangimento, mas, segundo ele, agora "é hora de pensar no país".

Já Eduardo Braga, que também ocupou a liderança do governo no Senado em parte do primeiro mandato de Dilma, tem justificado que votará a favor do impedimento por "questões partidárias" e sem constrangimentos, por estar "em linha" com o PMDB.

CONTINUA

O ATO FINAL DO IMPEACHMENT

Veja como será a etapa final do processo de impeachment contra a presidente afastada da República Dilma Rousseff, no plenário do Senado Federal, onde ela será julgada por crime de responsabilidade:

A sessão de julgamento será aberta **hoje, às 9 horas**, e será comandada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), **Ricardo Lewandowski**.



Os primeiros minutos da sessão devem ser tomados por "questões de ordem" de **senadores**, que podem tirar dúvidas ou apresentar contestações sobre o rito do julgamento.

Em seguida, as **testemunhas serão chamadas** para as oitivas. Já estão definidas **duas testemunhas de acusação e seis testemunhas de defesa**.

A sessão poderá ser suspensa, a qualquer momento, para retorno às **9 horas de sexta-feira, 26 de agosto**.

Fonte: Senado.
Infografia: Gazeta do Povo.

Já a sessão iniciada na **sexta-feira (26)** só será encerrada quando todas as **últimas testemunhas tiverem sido ouvidas**. Ou seja, pode ser que a sessão avance para o **sábado (27) e domingo (28)**, se necessário.



A sessão será reiniciada às **9 horas**.



A presidente **Dilma deve comparecer ao Senado na segunda-feira (29)**. A presença não é obrigatória, mas ela antecipou que deve ir pessoalmente ao plenário. **Os senadores ouvirão a presidente Dilma por 30 minutos**. A partir daí, ela pode receber perguntas de senadores, da acusação e da defesa.

Os senadores seguem à votação, que será aberta e registrada no painel eletrônico. A previsão é que a **votação ocorra na terça-feira, 30 de agosto**.

54 votos para que a presidente Dilma tenha o mandato cassado, pondo fim ao processo (2/3 dos votos)



ESTRATÉGIAS

Ciente de que chega ao desfecho do impeachment quase sem chances de vitória, Dilma pretende constranger seus seis ex-ministros que ajudaram a torná-la ré no Senado. A ideia, porém, é que ela rebata questionamentos duros, sem sair da linha. Para isso, foi treinada para se preparar para ataques dos mais agressivos aos mais folclóricos e, assim, evitar surpresas. Entre os parlamentares favoráveis ao impeachment, há uma preocupação em evitar um bombardeio contra a presidente afastada, que possa dar a ela o papel de vítima. A intenção é manter um comportamento objetivo e respeitoso, na mesma linha do que esperam da petista: uma sessão que seja mais um registro histórico do processo.

25 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Oitiva de testemunhas abre sessão final do impeachment

Senadores e interlocutores do presidente interino Michel Temer apostam em um placar de 58 a 62 votos pela condenação de Dilma

● O julgamento final do processo de impeachment no Senado, que começa hoje, às 9 horas, ouvirá nesta fase as testemunhas de defesa e de acusação. Os primeiros depoimentos serão do procurador junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) Júlio Marcelo de Oliveira e do auditor do TCU Antônio Carlos Costa D'Ávila Carvalho Júnior. A defesa, por sua vez, indicou seis testemunhas. É esperado que essa fase do processo se estenda até sábado, com possibilidade de se alongar também pelo domingo, caso muitos senadores interpelem os depoentes.

Dilma Rousseff será condenada à perda do mandato se ao menos 54 dos 81 senadores considerarem que ela é culpada por ter editado três decretos de suplementação orçamentária sem aval do Congresso e por ter cometido a chamada pedalada fiscal ao atrasar o pagamento pela União de repasses ao Plano Safra, do Banco do Brasil. Para evitar o impeachment, 28 votos.

Senadores e interlocutores do presidente interino Michel Temer (PMDB) esperam um placar favorável a ele de 58 a 62 votos pela condenação. Ontem, em uma reunião no gabinete do líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), ficou acertada uma estratégia para encurtar as sessões de hoje e de manhã. A ideia é que somente líderes partidários ou indicados por eles façam questionamentos às testemunhas de acusação.

Votos necessários

Os governistas querem obter mais votos do que os 59 alcançados na sessão do último dia 10, quando a presidente afastada se tornou ré no processo. Contam até com o voto do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que no processo de impeachment passou de aliado de Dilma a um dos principais parlamentares que endossaram a agenda do presidente em exercício. Cortejam também os senadores Otto Alencar (PSD-BA) e Elmano Férrer (PTB-PI), que se posicionaram contra o impeachment e não revelam publicamente seus votos. Até agora, 49 senadores se posicionaram publicamente pela condenação da petista.

Já a aposta dos poucos aliados de Dilma é que a presidente afastada possa conquistar apoios de última hora, uma vez que ela fará sua defesa pessoalmente na próxima segunda-feira. A petista tem classificado o processo como um "golpe parlamentar" e chegou a dizer que seu vice e o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) — que neste período renunciou à presidência da Câmara — eram chefes da "conspiração".

Se Dilma for condenada, encerra um período de 13 anos e quatro meses da gestão do PT no governo federal.

CONTINUA

25 AGO 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

BRASÍLIA

Segurança prevê menos manifestantes

● O julgamento de impeachment começa hoje com baixa expectativa de público nas ruas. A previsão é de que a Esplanada dos Ministérios reúna, no máximo, 60 mil pessoas na terça-feira, dia em que é esperado o maior movimento. Em reunião realizada ontem, na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, o consenso é de que desta vez a movimentação será menor do que a registrada em abril, quando a Câmara dos Deputados votou o processo de abertura de impeachment. Na ocasião, a Esplanada chegou a reunir 80 mil pessoas. "Não há mais patrocínio", disse Beatriz Kicis, representante de grupo pró-impeachment, sobre uso de telões. Carmen Foro, integrante da CUT e representante do grupo contra o afastamento, preferiu não arriscar números. "As convocações ainda estão sendo realizadas. Além disso, a movimentação ocorrerá não apenas em Brasília, mas em todo o país", disse.

DEPOIMENTOS

Veja quem são e o que têm a dizer as testemunhas:

ACUSAÇÃO

Julio Marcelo de Oliveira

É procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e foi o responsável pelas apresentações que levaram o tribunal a condenar as pedaladas fiscais e a edição de decretos orçamentários irregulares de 2015.

Antônio Carlos Carvalho

É auditor federal de contas e controle externo do TCU. Para ele, as manobras adotadas pelo governo Dilma levaram o país à crise econômica.

DEFESA

Luiz Gonzaga Belluzzo

O economista é contrário ao impeachment por considerar que o que está em jogo é a normalidade democrática e o respeito aos poderes da República.

Geraldo Prado

Professor de direito processual penal na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é au-

tor de um parecer contrário ao pedido de impeachment.

Nelson Barbosa

Ex-ministro da Fazenda de Dilma, defende a legalidade dos decretos editados pela petista. Segundo ele, os decretos de crédito suplementar editados em 2015 não exigiram liberação de gasto financeiro e, assim, não representaram impacto na meta de resultado primário.

Esther Dweck

É ex-secretária de Orçamento. Ela nega que a edição de decretos de suplementação orçamentária tenha contribuído para o descumprimento da meta de superávit primário prevista para 2015.

Luiz Cláudio Costa

É ex-secretário executivo do Ministério da Educação.

Ricardo Lodi

É professor de direito financeiro da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Para ele, não há crime de responsabilidade cometido por Dilma.

ARTISTAS ESTRANGEIROS APOIAM DILMA

Um grupo de artistas e intelectuais estrangeiros divulgou ontem uma carta de protesto contra o impeachment de Dilma Rousseff. A lista dos 22 signatários reúne nomes como o ator Viggo Mortensen, de *O Senhor dos Anéis*, o cantor Harry Belafonte, o cineasta Oliver Stone e a atriz Susan Sarandon. "Nos solidarizamos com nossos colegas artistas e com todos aqueles que lutam por democracia e justiça em todo o Brasil", diz a carta, redigida em inglês e português. O texto afirma que a base jurídica para o afastamento de Dilma "é amplamente questionável" e que há "evidências convincentes" de que a principal motivação dos promotores do impeachment foi abafar investigações de corrupção nas quais estão envolvidos.

25 AGO 2016

GAZETA DO POVO

PSDB ameaça deixar a base aliada caso o governo apoie reajuste do STF

● As vésperas do início da votação do processo de impeachment de Dilma Rousseff, Brasília viveu ontem mais um dia de embate entre tucanos e peemedebistas.

O senador Tasso Jereisati (PSDB-CE) ameaçou com a saída do partido da base governista caso o presidente em exercício Michel Temer não defina sua posição sobre os aumentos ao funcionalismo público.

Ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou que o projeto que reajusta os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) será votado no plenário da Casa no dia 8 de setembro. Tasso reagiu à declaração dizendo que “o governo e o seu partido, que é o PMDB, precisam assumir sua posição: se é governo ou se quer fazer graça para alguns”.

Sem citar o PSDB, Renan afirmou que não vai compartilhar “o entendimento de que o problema fiscal do Brasil é em função do reajuste do Poder Judiciário”. “Isso é uma pequenez que restringe a discussão”. O senador também negou os rumores de que o interesse dos senadores em aprovar reajuste para ministros do STF era agradar aos magistrados, responsáveis por conduzir investigações contra parlamentares.

Segundo interlocutores do peemedebista, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, indicou ao presidente do Senado o desejo de ver aprovado o projeto de reajuste salarial dos ministros da Corte antes de deixar a presidência do Tribunal, no próximo dia 12.

Renan negou a informação e desconsiderou a crise entre governo e PSDB — contrário à concessão do reajuste, que aumenta o teto do funcionalismo público e afeta as folhas de pessoal de Estados e municípios.

R\$ 39,2 MIL

O ministro do Supremo Gilmar Mendes defendeu a proposta que eleva o vencimento dos ministros do STF de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil. Em julho, Temer sancionou sem vetos reajuste para os servidores do Judiciário. De acordo com o Ministério do Planejamento, o impacto dos dois projetos será de R\$ 13,5 bilhões até 2018.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Polícia desconfia que novos coletes não resistam a tiros

25 AGO 2016

A Associação dos Delegados de Polícia do Paraná (Adepol) pediu ontem ao juiz da 8.^a Vara Criminal de Curitiba o bloqueio dos bens e valores de até de R\$ 9,5 milhões de todos os envolvidos no fornecimento, recauchutagem e adulteração de coletes à prova de bala às Polícias Civil e Militar, assim como a declaração como inidônea da Inbra Terrestre, empresa fabricante dos equipamentos.

A petição, que incorpora conclusões de um inquérito policial conduzido pela Delacia de Armas e Munições (Deam), foi apresentada apenas 20 dias após a Segurança Pública dar a mesma empresa como vencedora de licitação para fornecer 5 mil novos coletes às duas corporações ao preço total de R\$ 8,5 milhões.

Os novos coletes substituiriam parte do lote de 11 mil submetido à perícia pela delegacia que constatou, em amostragem de 1.300 unidades, que os equipamentos não se prestavam à proteção dos policiais: além de não resistirem à prova de resistência a tiros, observou-se que teriam sido submetidos a reformas precárias e até à falsificação de suas datas de validade.

A Adepol acusa a fabricante de cometer fraudes e denuncia as autoridades da Segurança Pública de serem coniventes com a prática. Estranha também que, mesmo após perícia da Deam, um órgão de sua própria estrutura, elas tenham permitido que a mesma empresa continue participando (e ganhando) licitações para fornecimento do mesmo material.

A Inbra contesta. Diz que trabalha em conformidade com as regras determinadas pelo Exército e que a perícia da Deam que apontou irregularidades não seguiram as normas aplicáveis para aferir a segurança dos coletes.

REINALDO BESSA

O presidente do TRE-PR, desembargador Luis Fernando Tomasi Keppen, dará palestra hoje, no auditório do Instituto dos Advogados do Paraná, às 19h, sobre as eleições municipais e a nova legislação, seguida de posse de nove novos associados do IAP.

25 AGO 2016

GAZETA DO POVO

'Botão do pânico' passa na Alep, mas prática da medida ainda é incerta

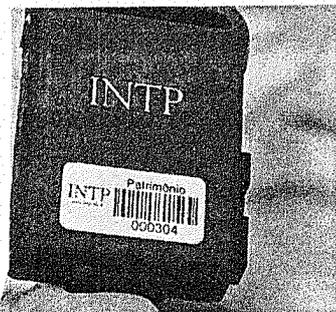
De janeiro a maio, 23.512 mulheres pediram proteção judicial no Paraná

Eriksson Denk

Especial para a Gazeta do Povo

● A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou na segunda-feira (22) a redação final do projeto que prevê a distribuição do "botão do pânico" para mulheres vítimas de violência doméstica, uma tentativa de diminuir os números de violência contra a mulher no estado.

A proposta segue agora para sanção do governador, mas não tem previsão para entrar em vigor.



"Botão do pânico": tipo de bipe.

142.095

mulheres fizeram boletins de ocorrência e 23.512 mulheres pediram proteção judicial de janeiro a julho no Paraná.

2.142.113

boletins de ocorrência sobre violência contra a mulher foram registrados no Paraná de 2007 a julho deste ano.

1.840

mulheres morreram em decorrência de crimes em todo o Paraná, desde 2013.

O texto sofreu diversas alterações na tramitação e agora prevê que o Poder Executivo implemente o dispositivo e que o Poder Judiciário, na forma de parcerias e convênios, avalie quem deve receber esse novo módulo de proteção.

O botão (um tipo de bipe) será entregue a mulheres que já estejam sob proteção judicial e prevê, assim que acionado, o comparecimento de uma unidade policial em razão de uma nova ameaça por parte do agressor.

Segundo o projeto, o dispositivo de geolocalização facilita o deslocamento policial até a ocorrência. O aparelho ficará com as mulheres selecionadas por tempo indeterminado e pode ser acio-

nado a qualquer hora do dia.

"A exemplo do que vem acontecendo em outros estados que já adotaram completamente a medida protetiva determinada pelo Poder Judiciário, como Pernambuco e Minas Gerais, a utilização do Dispositivo de Segurança Preventiva serve para a vítima não sofrer novas violências ou mesmo de não ser vítima de novas ameaças de vida pelo agressor", explica a autora do projeto, deputada Cristina Silvestri (PPS).

"Nós temos índices gritantes de violência contra a mulher. A Região Metropolitana de Curitiba é recordista de casos. Piraquara, por exemplo, é a segunda cidade do Brasil nesse tipo de denúncia", diz Cristina.

RELAÇÕES ÍNTIMAS

Maridos e namorados respondem por 35% dos casos de violência

● Em Curitiba, os números da violência contra a mulher são preocupantes. Em julho, 366 mulheres entraram com pedido de proteção junto ao Judiciário. Nos últimos três meses foram 1.037 pedidos dessa categoria, segundo a Delegacia da Mulher. "A maior parte dos pedidos, cerca de 35%, são de vítimas de violência doméstica praticada por um companheiro direto, marido ou namorado. Se ex-companheiros, ex-namorados e demais relacionamentos íntimos entrarem nesse quadro, o número passa de 50% dos casos denunciados", explica Sâmia Coser, delegada-chefe da Delegacia da Mulher de Curitiba.

A Lei 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, deu ao Judiciário brasileiro mais poder no combate à violência contra a mulher. Uma das formas adotadas pela norma para proteger a vítima é a garantia de medidas protetivas.

25 AGO 2016

GAZETA DO POVO

Missa de 7º dia

A esposa, Mara Catarina Mesquita Lopes Leite, e os filhos, Noêmia de Moraes Leite e Alaor Carlos Lopes Leite, convidam para a missa de 7º dia do

Desembargador Marco Antonio de Moraes Leite

que será celebrada dia **26/08/2016, às 19:00 horas**, na **Igreja dos Capuchinhos** - Paróquia Nossa Senhora das Mercês Av. Manoel Ribas, 966 - Mercês.



25 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF4 restabelece pensão a ex-mulher de servidor que dividia valor com companheira do marido

Uma mulher que dividia a pensão do ex-marido com a companheira dele à época de sua morte vai passar a receber o benefício de forma integral. Na última semana, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) determinou o cancelamento da partilha, após a Justiça Gaúcha não reconhecer a união estável entre o falecido e a sua companheira. O médico da Polícia Federal morreu em 2011. Ele pagava prestação de alimentos à ex-mulher desde quando oficializaram o divórcio. A partir de 2009, o segurado passou a ter um novo relacionamento. Conforme os autos, os dois tiveram várias idas e vindas, além de episódios de agressão.

Após a União reconhecer o relacionamento entre eles como uma união estável, o benefício passou a ser dividido. A ex-mulher entrou com o processo pedindo o restabelecimento do valor total.

A 3ª Vara Federal de Porto Alegre negou o pedido com base em uma decisão de primeiro grau da 5ª Vara de Família e Sucessões do RS, que havia reconhecido o direito à nova companheira. A autora recorreu ao tribunal.

Na 4ª Turma, o relator do caso, desembargador federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle, reformou a decisão. Isso porque em segunda instância, a Justiça gaúcha entendeu não haver vínculo estável entre os dois. "Não comprovada a união estável entre o falecido e a senhora é de se afastar o comando sentencial que determinou a partilha da pensão. Esclareço que esta Corte não exige o reconhecimento de união estável, pela justiça comum, a fim de deferir pensão por morte.

25 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Usar dados sem autorização para operar na bolsa gera dano moral

Utilizar nome e CPF de alguém para fazer transações na bolsa de valores, sem a sua anuência ou conhecimento, fere direitos de personalidade garantidos no artigo 5º da Constituição, gerando o dever de indenizar sem a necessidade de comprovação de dano. Por isso, a 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul condenou uma corretora a pagar R\$ 10 mil, a título de danos morais, a um morador de Bento Gonçalves, que teve seus dados pessoais informados em operações não autorizadas na BM&FBovespa.

O relator da Apelação, desembargador Carlos Eduardo Richinitti, aceitou a tese da defesa, de que tudo não passou de simples equívoco de digitação, prontamente resolvido. A seu ver, as operações mobiliárias não denegriram a imagem e o nome do autor. Primeiro, porque são corriqueiras no meio de investimentos, sendo efetuadas aos milhares todos os dias, por investidores de todo o mundo. Em segundo, porque o autor não ficou devendo valor algum a ninguém. Ou seja, não ficou com fama de mau pagador.

“Além disso, não se pode afirmar que o autor ficou abalado ou preocupado a ponto de ter sua serenidade e sossego afetados, pois, como referiu em juízo, limitou-se a buscar contato com a ré em seu endereço físico, sem qualquer outra tentativa de contato com ela própria ou mesmo com a Bovespa para esclarecer o que estava ocorrendo,

o que seria esperável de alguém que se mostra preocupado com os fatos. Note-se que o autor iniciou a receber os extratos da bolsa de valores em fevereiro de 2013 e acabou esperando até maio do mesmo ano para ingressar com a presente demanda”, escreveu no voto.

O fato de o autor ser o porteiro do prédio onde estava instalada a corretora chamou a atenção do desembargador Tasso Soares Delabary, que foi o voto vencedor neste julgamento. É que os dados foram obtidos durante preenchimento de cadastro para a formação de um curso dirigido a prospects interessados em investir no mercado de valores mobiliários. “Colhidos os documentos em tais circunstâncias em agosto de 2010, com dados cadastrais que não revelam nenhum potencial para o perfil do negócio desenvolvido pela demandada, qual a finalidade de manter ativa uma conta sem nenhuma movimentação por mais de dois anos? Não estaria nessa conta a oportunidade para um investimento de pequeno porte dentro dos limites da faixa de isenção do imposto de renda?”, questionou no acórdão.

25 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Maluf presta depoimento ao STF em investigação sobre falsidade ideológica

O deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) prestou depoimento ontem no Supremo Tribunal Federal (STF). O interrogatório foi conduzido por um juiz instrutor e realizado em uma sala de audiência nas dependências da Corte. O depoimento foi fechado.

A oitiva do parlamentar foi determinada pelo ministro Luiz Fux, no início deste mês. O ministro é o relator de uma ação penal que tramita na Corte contra o deputado.

Em setembro do ano passado, a 1ª Turma do STF abriu uma ação penal contra Maluf

pelo crime de falsidade ideológica. Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), o deputado omitiu gastos na prestação de contas da eleição de 2010. A denúncia contra o parlamentar aponta que despesas de Maluf de quase R\$ 170 mil foram pagas por uma empresa que pertence à família do parlamentar, a Eucatex. Os gastos não teriam sido declarados e, de acordo com as apurações, outra empresa, a Artzac, prestou serviços à Eucatex, mas com destinação para a campanha do deputado.

Juízo de recuperação é competente para analisar causa que envolva bem de empresa

O Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento de que os atos de constrição sobre patrimônio das empresas em recuperação (como a penhora, por exemplo) devem ser analisados pelo juízo de recuperação judicial. O tribunal também avalia que, ainda que se trate de execução fiscal, o processo não é suspenso após o deferimento judicial da recuperação, mas ficam obstados aos atos de alienação, que são de competência privativa do juízo universal de falências.

Esse é um dos novos temas disponibilizados na ferramenta Pesquisa Pronta. Em um dos julgados selecionados, a 2ª Seção decidiu que o juízo no qual se processa a recuperação judicial é competente

para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa.

Decidiu também que o deferimento da recuperação judicial não suspende a execução fiscal; e que a edição da Lei 13.043/2014 não implica modificação da jurisprudência acerca da competência do juízo da recuperação para apreciar atos executórios contra o patrimônio da empresa.

A 2ª Seção do STJ é o colegiado incumbido de julgar conflitos de competência entre juízos da recuperação judicial e da execução fiscal, originados em recuperação judicial, envolvendo execuções fiscais movidas contra empresários e sociedades empresárias.

25 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Devida a aposentadoria por invalidez a beneficiário afastado para mandato eletivo

A 2ª Turma do TRF da 1ª Região negou provimento à apelação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra a sentença que julgou procedente o pedido de restabelecimento de aposentadoria por invalidez de um beneficiário em exercício de atividade política.

Em suas alegações recursais, o INSS sustentou que o demandante já teria recuperado sua capacidade laborativa, haja vista ele exercer atividade política.

Os argumentos foram rejeitados pelo Colegiado. Ao analisar o caso, o relator,

desembargador federal João Luiz de Sousa, entendeu que o fato de o segurado estar em exercício de cargo eletivo não determina o cancelamento automático de sua aposentadoria por invalidez, uma vez que os vínculos possuem natureza diversa: o previdenciário e o eletivo.

Destacou o magistrado que “a invalidez para o trabalho profissional não determina a invalidez para a atividade política, no interesse da respectiva classe ou grupo de pessoas com iguais aspirações na condução dos assuntos de interesse geral”.

Terreno de terceiros não serve como caução de dívida de empresa

Terreno de terceiros não pode ser usado como caução de dívida de empresa. Com esse entendimento a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou pedido de uma indústria têxtil de Santa Catarina que pretendia utilizar um terreno como caução para ter o seu nome retirado do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) enquanto aguarda o desfecho de um processo judicial. De acordo com a 3ª Turma, o imóvel oferecido como garantia não está registrado em nome da

empresa.

A empresa de confecção foi multada em R\$ 850 mil pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 2010, por funcionar sem o devido licenciamento ambiental.

A fabricante solicitou a redução da penalidade na esfera administrativa, mas o pedido foi negado. Após a tramitação do procedimento, o valor da multa foi corrigido para mais de R\$ 1,4 milhão devido à incidência de juros. Foi então que a empresa recorreu à Justiça.

25 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Relator sugere que Gilmar ponha a mão na consciência

Ministro do STF criticou o projeto que reúne
medidas de combate à corrupção

Relator do projeto que reúne medidas de combate à corrupção (PL 4850/16), o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), rebateu ontem as declarações do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que criticou a proposta. O parlamentar sugeriu que o magistrado coloque a “mão na consciência e faça uma reflexão muito séria” sobre a situação do país. “Nestes tempos difíceis em que vive o Brasil, a gente espera equilíbrio principalmente do STF, mas o STF hoje parece que passou a gostar da luz das câmeras”, afirmou.

Citando o movimento apoiado pela população italiana – a Operação Mãos Limpas –, no mesmo sentido do projeto, Lorenzoni afirmou que o atual sistema jurídico transformou o Brasil em “horror de corrupção”. Nas declarações feitas durante audiência pública da comissão especial que analisa o texto enviado pelo Ministério Público, com o apoio de 2 milhões de assinaturas, o relator ainda elogiou o trabalho do juiz Sérgio Moro e do coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, procurador Deltan Dallagnol, e atribuiu às investigações o movimento que deu corpo às 10 medidas incluídas na proposta.

“O Parlamento tem inúmeros defeitos, mas tudo que foi pro-

duzido aqui a partir de iniciativa popular melhorou o sistema. Alguém tem dúvida em relação à Lei da Ficha Limpa?”, provocou.

Mendes criticou diretamente o texto que classificou como “delírio” e atacou pontos como o que flexibiliza a possibilidade de uso de provas obtidas fora das regras definidas pela lei. “Veja as 10 propostas que apresentaram. Uma delas que diz que prova ilícita feita de boa-fé deve ser validada. Quem faz uma proposta dessa não conhece nada de um sistema”, disse.

Os debates travados por juízes e advogados na comissão especial têm revelado pontos de impasse em relação ao texto. Esses pontos vão além do uso de provas obtidas de maneira ilícita em determinadas situações. Na audiência de ontem, o procurador da República Hélio Telho, também rebateu Mendes. “Numa operação policial você tem alguns agentes que conhecem o caso, mas, em muitos casos, o policial que vai cumprir o mandado não conhece o assunto. Ele entra no endereço errado e encontra provas de crimes que não têm nada a ver com o que está sendo investigado. Pelas regras atuais, esta prova é ilícita. Nos Estados Unidos, [a Justiça] já admite”, exemplificou.

25 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

AMB responde a Gilmar

Em mais um capítulo da crise entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) divulgou nota nessa quarta-feira (24) com duras críticas ao ministro Gilmar Mendes. A entidade afirma ser “lamentável que um ministro do STF, em período de grave crise no país, milite contra as investigações da Operação Lava Jato, com a intenção de decretar o seu fim”.

'Panos quentes'

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello pôs panos quentes no embate entre seu colega Gilmar Mendes e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Sobre a atuação do Ministério Público, disse que prefere o “excesso” à “acomodação”. Na terça (23), Mendes chamou de “cretino” o autor da proposta defendida pelo Ministério Público e pelo juiz federal Sérgio Moro de que provas ilícitas obtidas de boa fé sejam utilizadas em ações. Janot reagiu horas depois, dizendo que vê uma ação orquestrada contra a Operação Lava Jato.

'Descompassos'

Para Mello, os desentendimentos entre Mendes e Janot estão potencializados. “Os descompassos estão muito potencializados. É hora de pensarmos, acima de tudo, no fortalecimento das instituições, e me refiro não só à polícia e ao MP [Ministério Público], como também ao Judiciário”, disse.

Pinheiro fica calado

O ex-presidente da empreiteira OAS José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como Léo Pinheiro, permaneceu em silêncio ontem durante depoimento ao juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal, em Curitiba. Pinheiro é réu na ação penal da Operação Lava Jato em que o ex-senador Gim Argello é acusado de atuar para evitar a convocação de empreiteiros na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, que já foi encerrada. Na segunda-feira (22), a Procuradoria-Geral da República (PGR) suspendeu a negociação do acordo de delação premiada de Léo Pinheiro, após a divulgação pela revista Veja de vazamentos da delação.

25 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Firme e para a frente

Enquanto o procurador da República, Rodrigo Janot, mantém embate diplomático aberto com o ministro do STF, Gilmar Mendes, em função dos ataques à Lava Jato, o juiz Sérgio Moro, alvo também das reprimendas genéricas, ouviu ontem tanto Léo Pinheiro, o homem da OAS, fator-chave do atrito institucional quanto outros envolvidos em outras etapas. Embora bloqueada qualquer iniciativa voltada à renegociação da delação premiada, um recuo descompressor, essa audiência mirava aspectos relevantes do contubérnio de políticos, agentes da Petrobras e empreiteiras.

Vivemos um momento insólito no interior das instituições e poderes: a crítica de Gilmar Mendes de que os procuradores estariam transbordando e nos ameaçando com um novo autoritarismo, ao mesmo tempo em que se opunha ao conjunto de medidas para o combate à corrupção, tira da sombra os conflitos que normalmente são mais contidos na preservação das aparências e os expõe à clareza meridiana. E isso é benéfico ainda que rompa a cordialidade dos rituais de convivência. Vive-se uma panela de pressão, prestes a apitar, porque estamos num cenário de transformação e isso não se dá, em hipótese alguma, sem conflitos.

Haverá por certo muito choro e ranger de dentes, atmosfera bíblica adequada aos que veem nisso tudo (será?) um fim de era. Não o juízo final, mas um pouco de juízo, afinal.

Audiência

Léo Pinheiro, da OAS, se recusou a falar na audiência de ontem, certamente abalado com a reação do ministro Gilmar Mendes e das consequências do atendimento da infiltração na casa do ministro Tóffoli explorada pela "Veja": se o magistrado pagou a conta, as coisas ficaram no campo da suposição e da fofoca. Já Ricardo Pessoa falou, acusado que é de manter o cartel. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) é cauteloso e não detectou a configuração como de resto não se manifestou se há ou não um deles no transporte coletivo da capital.

25 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Gilmar Mendes

Com sua habitual destemperança, o ministro Gilmar Mendes saiu em defesa do colega Dias Tófolli, após a publicação na imprensa de trecho de delação premiada que supostamente envolveria Tófolli em favores menores concedidos a ele pela empreiteira OAS. Mendes, com o arroubo de sempre, se arremete contra o Ministério Público acusando-o de abuso de poder e toda sorte de impropérios. Compara os promotores a déspotas e ataca fortemente o MP. Os chama de cretinos e vocifera que “esses falsos heróis vão encher o cemitério e a vida continua”. Que no cemitério estão enterrados muitos falsos heróis, não tenho dúvida. Tenho certeza também que infelizmente os corredores do poder no Brasil estão repletos de “verdadeiros covardes”, todos eles muitos bem vivos a surrupiar o patrimônio nacional e a atravancar a Justiça. Em todas as instâncias e poderes. O que teme Gilmar Mendes? Tófolli, com certeza, não aceitaria favores menores. Terá Mendes medo que o MP acabe por descobrir “favores maiores” envolvendo os membros da mais Alta Corte da Nação? Infelizmente, quem viver, não verá!

ALBERTO NOLLI (empresário) – Londrina

MILITÃO

A impenhorabilidade de único imóvel de pessoas idosas

Desde 1990 que existe lei que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família, isto é, o imóvel residencial destinado à moradia não responderá por qualquer tipo de dívida, seja cível, comercial, fiscal, previdenciária ou de qualquer natureza. No entanto, relata a advogada Vanessa Calori Leite (na foto), a regra tem suas exceções, como débitos provenientes do próprio imóvel, financiamentos para a construção ou aquisição do bem, e cobranças de impostos, como IPTU, entre outros. Nestes casos, lembra ela, o benefício da impenhorabilidade não pode ser usado para proteger o imóvel executado. A advogada, que integra o escritório Narciso Ferreira & Advogados Associados, diz ainda que há casos em que a penhora do bem de família chega às margens da crueldade, deixando sem teto pessoas idosas e doentes. Ela cita um caso semelhante em que o recurso provido foi acatado e a penhora foi desconstituída. Tudo porque há que se considerar outros institutos e garantias previstos na legislação constitucional. A Constituição elencou a moradia como direito social. Trata-se, acrescenta Vanessa Calori, de direito fundamental, indispensável na composição de um mínimo existencial para uma vida digna. E há também o Estatuto do Idoso, que concede especial proteção a eles, encarregando a Sociedade, o Estado e a Família dessa tarefa. Por isso, salienta a advogada, o direito à moradia consiste em um dos pilares do direito à dignidade humana, e diante de um conflito de normas, o que deve prevalecer é a que protege a vida digna.

25 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

AMB reage a declarações de Gilmar Mendes

Magistrados repudiaram afirmações de ministro do Supremo Tribunal Federal



A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) reagiu à declarações feitas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes sobre supostas vantagens concedidas as integrantes do Judiciário.

Em entrevista na última terça-feira (23), Mendes criticou vazamentos de informações sobre a Operação Lava Jato e questionou os altos salários de alguns juizes e desembargadores. “Os salários nos estados estão na faixa de R\$ 50, 60, 100 mil, dos desembargadores e juizes. Ora, diz-se até ‘isto é vantagem legal’. Como é legal? Como que é concessão legal se a própria Loman [Lei Orgânica da Magistratura] diz que nenhuma gratificação pode ser diferente daquilo que está lá e que ninguém pode ultrapassar o teto do Supremo Tribunal Federal que é R\$ 30 e poucos mil”, disse o ministro.

Em suas declarações, Mendes citou também o pagamento de auxílio-moradia e magistrados e disse que os temas precisam ser debatidos. “Devemos discutir com sinceridade, porque o país virou uma República corporativa em que cada qual, aproveitando dessa autonomia administrativa e financeira,

vai lá e faz o seu pequeno assalto. Não pode ser assim”, disse.

Em nota divulgada nesta quarta (24), a AMB diz repudiar o que considera “ataques à magistratura”. ●

25 AGO 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Léo Pinheiro se cala diante de Moro

Delação de empreiteira corre o risco de ser cancelada



O ex-presidente da empreiteira OAS, José Adelmário Pinheiro Filho, conhecido como Léo Pinheiro, permaneceu em silêncio hoje (24) durante depoimento ao juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal, em Curitiba. Pinheiro é réu na ação penal da Operação Lava Jato em que o ex-senador Gim Argello é acusado de atuar para evitar a convocação de empreiteiros na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, que já foi encerrada.

Ao juiz Sérgio Moro, Léo Pinheiro disse que não pretendia responder pergunta alguma e, "por orientação dos advogados", permaneceria em silêncio. Na segunda-feira (22), a Procuradoria-Geral da República (PGR) suspendeu a negociação do acordo de delação premiada de Léo Pinheiro, após a divulgação pela revista Veja de vazamentos da delação. ●

Marco Aurélio diz que é preciso apurar vazamento



O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse hoje (24) que é preciso apurar a questão do vazamento de informações de uma delação premiada do ex-presidente da construtora OAS, Léo Pinheiro.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) cancelou a negociação de um possível acordo de delação premiada com o ex-presidente da construtora. ●



Divulgação

25 AGO 2016

BEMPARANÁ

Juizes repudiam declarações de Mendes

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) publicou uma nota de repúdio às declarações feitas na terça-feira, 23, pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, contra o Ministério Público. Mendes criticou, entre outras coisas, o excesso de vantagens recebidas por juizes de instâncias inferiores, dizendo que o Judiciário se aproveita da sua autonomia financeira e administrativa para fazer "seu pequeno assalto". Segundo a associação, Mendes se aproveitou da visibilidade da Ope-

ração Lava Jato para buscar "espaço midiático".

"É lamentável que um ministro do STF, em período de grave crise no País, milite contra as investigações da Operação Lava Jato, com a intenção de decretar o seu fim, e utilize como pauta a remuneração da magistratura. O ministro defende financiamento empresarial de campanha e busca descredibilizar as propostas anticorrupção que tramitam no Congresso Nacional, ao invés de colaborar para o seu aprimoramento", diz a nota da AMB.

Senado vota aumento no dia 6

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou ontem, que o projeto que reajusta o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) será votado no plenário da Casa no dia 6 de setembro. Renan negou que haja uma crise entre o PSDB, contrário a concessão desse aumento, que aumenta o teto do funcionalismo público e também causa repercussão nos Estados e municípios, e parte do PMDB, que tentou liderar uma articulação nos últimos dias para acelerar a

votação da proposta, que está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

"Não há crise (entre PSDB e PMDB), o que há é pontos de vistas diferentes", disse ele, na chegada a seu gabinete. Ele afirmou ainda que não vai "precipitar" o debate com a votação de um requerimento de urgência para levar o projeto diretamente para o plenário do Senado. O projeto eleva o vencimento dos ministros do STF e o teto do funcionalismo dos atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil.